

IRMANDADE DA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE MARINGÁ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MARINGÁ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

CONTEÚDO

Relatório da Administração

Relatório dos Auditores Independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 – Demonstrações dos resultados abrangentes

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio social

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá, submete à apreciação da sociedade em geral, Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal e do relatório de opinião dos auditores independentes.

Negócios e performance administrativa

A Santa Casa de Maringá é uma instituição privada, de fins filantrópicos, declarada de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS/Saúde, Portaria nº 1.125, de 18 de novembro de 2021, com validade até 31 de dezembro de 2024

Em seu Estatuto, registrado sob o nº 455.658, com averbação nº 38/3, Livro A-001, registrado no Registro de Títulos e Documento de Maringá/PR, em seu artigo 30º, cita que, a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá é administrada por uma Diretoria composta por quatro membros, todos associados, eleitos por Assembleia Geral Ordinária com mandato de quatro anos, sendo permitida a reeleição.

A Diretoria atual, eleita em 18 de março de 2020, conforme Ata de Assembleia nº 511351, com averbação nº 45/3, Livro A-001, registrada no Registro de Títulos e Documento de Maringá/PR, tem seu mandato com encerramento em 31 de março de 2024.

A Instituição administra a Operadora de Planos de Saúde, no segmento filantropia, com registro na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar sob o nº 33.683-1, operadora classificada como de médio porte, abrangência grupo de municípios, comercializando seus produtos na modalidade pré-pagamento, nos segmentos familiar, coletivo empresarial e coletivo por adesão.

Os valores de comercialização são determinados por cálculos atuariais com periodicidade de reajustes anuais, sendo o segmento familiar através de índice aprovado pela ANS, e nos demais, através de cálculo atuarial baseados nos indicadores de sinistralidade.

A Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá é um hospital geral, cadastrado no CNES/Ministério da Saúde sob o nº 2594714, detentor do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS/Saúde, Portaria nº 1.125, de 18 de novembro de 2021, com validade até 31 de dezembro de 2024, na modalidade 60% de atendimentos ao SUS.

Conta com estrutura total de 302 leitos, sendo, destes, 44 leitos de UTI Adulto e 20 leitos de UTI Neonatal/Pediátrica. É hospital de referência em alta complexidade nas especialidades de Ortopedia e Traumatologia, Neurologia/Neurocirurgia, Nefrologia, Transplantes e Gestação de Alto Risco, sendo referência para todos os 30 (trinta) municípios da 15ª Regional de Saúde do Estado do Paraná e, em alguns casos, também para os 115 municípios da Macrorregião Noroeste do Paraná.

A instituição destina 60% dos seus leitos para atendimento aos pacientes do SUS, e também atende a vários Convênios, Planos de Saúde e Particular, nas mais variadas especialidades médicas.



Política de destinação de sobras:

Em cumprimento ao artigo 49º do Estatuto da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá, os recursos econômicos e resultados da entidade são integralmente aplicados na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, dentro do território nacional, bem como, não distribui qualquer forma de rendimento ou parcela de seu patrimônio aos seus associados e membros de sua Diretoria, sob nenhuma forma ou pretexto.

Principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na “performance” da entidade no resultado do exercício de 2022:

- **Desempenho operacional da Operadora de Planos de Saúde - Beneficiários**

Ao final do exercício de 2022, registrou-se o montante de 42.174 beneficiários, 11,03% de aumento em relação ao encerramento do ano de 2021 que foi de 37.986 beneficiários.

- **Contraprestações e Eventos indenizáveis**

O ano de 2022 foi encerrado com um montante de R\$ 115.477.853,44 de contraprestações efetivas de planos de saúde, e eventos indenizáveis líquidos de R\$ 107.512.714,59, o que corresponde a 93,10% de sinistralidade total.

- **Desempenho operacional do Hospital**

As receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora, encerram com o valor total de R\$ 113.247.958,95, crescimento de 1% em relação ao montante desta categoria de receita realizada no ano de 2021.

Como medidas para reversão dos resultados deficitários do ano anterior, reflexo dos efeitos negativos decorrentes da Pandemia Covid-19, várias ações foram tomadas buscando a redução de custos do hospital, tais como redução de 9% no quadro de colaboradores, redução de 5% nos valores gastos com suprimentos e 3% de redução nas despesas administrativas e operacionais do hospital.

- **Principais investimentos**

Participação Societária	
Descrição	Acréscimo
Uniprime Norte do Paraná	257.837,93
Sicredi	1.398,69
Cresol Tradição	27.189,00

Imobilizado	
Descrição	Aquisições
Edificações	3.332.084,90
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	1.798.597,81
Móveis e Utensílios Hospitalares	146.686,78
Máquinas e Equipamentos Não Hospitalares	61.089,26
Equipamentos de Processamentos Eletrônico de Dados	1.402.485,93
Móveis e Utensílios Não Hospitalares	34.960,47
Direito de Uso – Arrendamento	1.044.638,66
Intangível - Sistemas Software	1.249.826,92



• Recursos Humanos

A Santa Casa de Maringá, ao final dos dois últimos exercícios contava com o seguinte quadro de colaboradores ativos: 2021 – 1634 colaboradores e em 2022 – 1489 colaboradores.

O Absenteísmo apresentou os seguintes percentuais: 2021 – 3,7% e 2022 – 3,8%.

O Turnover nos dois últimos anos manteve-se em: 2021 – 2,3% e 2022 – 2,7%.

O quadro de colaboradores em 2022 apresentou-se com o seguinte nível educacional:

Ensino fundamental:	5%
Ensino médio:	43%
Ensino técnico:	23%
Nível superior:	24%
Pós graduação:	5%

Relacionado ao desenvolvimento profissional, a Santa Casa de Maringá contou no ano de 2022 com 35 jovens aprendizes, destes 16 foram efetivados ao quadro de colaboradores.

Ainda relacionado ao desenvolvimento profissional, realizou treinamentos técnicos e de desenvolvimento pessoal no ano de 2022 alcançando o montante de 19.733 horas de treinamentos, com 3.690 participações.

Perspectivas e planos da administração para o exercício de 2023:

Em virtude dos resultados deficitários registrados nos anos de 2021 e 2022, medidas para contenção de despesas serão mantidas para o reequilíbrio das contas, bem como objetiva-se a implementação de novas ações, projetos e investimentos que deverão contribuir para melhores resultados, dentre as quais, citamos:

- Instalação de clínica de terapias especiais própria para atendimento aos beneficiários da Operadora;
- Ampliação da rede credenciada da Operadora na região noroeste do estado do Paraná, objetivando crescimento da mesma;
- Implementação do serviço de Call Center na organização visando padronização dos atendimentos e otimização de mão de obra;
- Implementação de programas de Qualidade de Vida aos colaboradores, visando redução de turnover e maior motivação e engajamento dos mesmos;
- Consolidar as rotinas para alcançar a Certificação como Hospital Amigo da Criança;
- Renegociação de contratos com fornecedores, médicos, prestadores de serviços e Gestor Público;
- Iniciar as atividades para comemoração dos 70 anos de fundação da instituição em 2024, onde várias ações serão realizadas, objetivando contar a história da entidade para toda a sociedade e, assim, solidificar ainda mais a marca e a credibilidade da Santa Casa de Maringá.

Maringá-PR, 08 de março de 2023.

José Pereira
Superintendente Administrativo



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Maringá
Maringá – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Maringá. (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Maringá. (“Entidade”) em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas e o relatório de auditoria, datado de 18 de março de 2022, foi emitido sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas-SP, 15 de março de 2023.



QUADRO 1

Irmadade da Santa Casa de Misericórdia de Maringá

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em reais)

ATIVO	nota	2022	2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	nota	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE		57.656.991	57.208.817	PASSIVO CIRCULANTE		49.885.781	48.677.857
Disponível	5	2.648.295	1.195.982	Provisões Técnicas de Operações de Assistência a Saúde	14	24.802.213	25.737.452
Realizável		55.008.696	56.012.835	Provisões de Prêmios / Contraprestações	-	6.873.486	8.028.569
Aplicações Financeiras	6	33.255.498	34.132.298	Provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG)	14 (i)	3.865.758	3.386.546
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	-	24.902.855	20.820.253	Provisão de Insuficiência de Prêmios	14 (ii)	3.007.728	4.642.023
Aplicações livres	-	8.352.643	13.312.045	Provisão de eventos a liquidar com o SUS	14 (iii)	2.006.142	2.341.114
Créditos de Operações com Planos de Assistência a Saúde	7	2.073.468	1.844.877	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outr. Prest. de Serv. Assist.	14 (iv)	4.873.393	4.374.718
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	-	1.895.823	1.329.133	Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	14 (v)	11.049.192	10.993.051
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis	-	177.645	123.575	Debitos de operações de assistência a saúde	15	825.650	1.180.775
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	-	-	392.169	Contraprestações / Prêmios a Restituir	-	3.801	-
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacion. com Planos de Saúde da Oper.	8	13.059.447	12.568.040	Receita Antecipada de Contraprestações	-	808.724	1.154.971
Bens e Títulos a Receber	9	6.601.994	7.452.389	Comercialização sobre operações	-	13.125	25.804
Despesas antecipadas	-	18.289	15.231	Débitos com Oper. de Assist. à Saúde N. Rel. com Pl. de Saúde da Operadora	16	2.763.481	2.365.551
ATIVO NÃO CIRCULANTE		57.082.945	55.004.587	Tributos e encargos sociais a recolher	17	1.849.044	1.770.054
Realizável a Longo Prazo	-	2.319.666	2.569.920	Empréstimos e Financiamentos	18	82.833	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	10	2.182.671	2.388.437	Débitos diversos	19	19.562.560	17.624.025
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	9	136.995	181.483	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		26.154.661	20.875.753
Investimentos	11	1.792.117	1.506.191	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à saúde		2.437.510	1.190.902
Outros Investimentos		1.792.117	1.506.191	Provisão de eventos a liquidar com o SUS	14 (iii)	2.437.510	1.190.902
Imobilizado	12	51.514.897	50.370.837	Provisões		4.413.566	3.495.802
Imóveis de Uso Próprio	-	24.370.878	21.888.732	Provisões de ações judiciais	20	4.413.566	3.495.802
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos	-	22.062.353	19.575.879	Tributos e encargos sociais a recolher	17	1.236.151	1.488.639
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos	-	2.308.525	2.312.853	Parcelamento de tributos e contribuições	-	1.236.151	1.488.639
Imobilizado de Uso Próprio	-	24.784.250	26.403.079	Empréstimos e Financiamentos	18	414.167	-
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos	-	22.253.475	24.626.544	Débitos Diversos	21	17.653.267	14.700.410
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos	-	2.530.775	1.776.535	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		38.699.494	42.659.794
Imobilizações em Curso	-	1.524.744	1.913.669	Patrimônio Social	22.1	51.181.274	51.181.274
Outras Imobilizações	-	76.054	165.357	Reservas		-	222.192
Direito de Uso de Arrendamentos	-	758.971	-	Reservas de reavaliação	22.2	-	388.188
Intangível	13	1.456.265	557.639	Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits	-	-	(165.996)
TOTAL DO ATIVO		114.739.936	112.213.404	Superávits (Deficits) acumulados	-	(12.481.780)	(8.743.672)
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO SOCIAL		114.739.936	112.213.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Maringá

**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.
 (Valores expressos em reais)**

	nota	2022	2021
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	23	115.477.853	102.454.519
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	-	115.477.853	102.454.519
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	-	113.843.558	107.096.542
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	-	1.634.295	(4.642.023)
Eventos indenizáveis líquidos	-	(107.512.714)	(112.387.910)
Eventos Conhecidos e Avisados	24	(107.456.573)	(110.168.889)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	-	(56.141)	(2.219.021)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		7.965.139	(9.933.391)
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	25	914.109	1.025.755
Receitas de Assist. à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	26	113.247.959	112.486.338
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	-	64.296.479	59.142.087
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)	-	39.897.096	45.388.976
Outras Receitas Operacionais	-	9.054.384	7.955.275
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	27	(1.588.685)	(1.921.692)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	-	(349.304)	(342.832)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	-	(1.239.381)	(1.578.860)
Outras Despesas Operacionais de Assist. à Saúde Não Relacionados com Plano de Saúde	28	(120.031.221)	(104.808.670)
RESULTADO BRUTO		507.301	(3.151.660)
Despesas de Comercialização	-	(1.741.561)	(1.046.785)
Despesas Administrativas	30	(7.854.458)	(7.263.991)
Resultado Financeiro Líquido		4.929.359	2.439.775
Receitas Financeiras	31	5.493.805	2.918.857
Despesas Financeiras	32	(564.446)	(479.082)
Resultado Patrimonial	-	199.059	278.989
Receitas Patrimoniais	-	355.337	430.261
Despesas Patrimoniais	-	(156.278)	(151.272)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(3.960.300)	(8.743.672)
RESULTADO DEPOIS DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(3.960.300)	(8.743.672)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Maringá

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.
(Valores expressos em reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Superávit (déficit) líquido do exercício	(3.960.300)	(8.743.672)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>(3.960.300)</u>	<u>(8.743.672)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Maringá

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.
 (Valores expressos em reais)**

	Patrimônio Social	Reservas de Lucros/Sobras/Reten ções	Reserva de Reavaliação	Superávits / (Déficits) Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	-	41.832.452	451.269	9.124.927	51.408.648
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(5.182)	-	-	(5.182)
Aumento Patrimônio Social com Lucros	51.181.274	(42.056.347)	-	(9.124.927)	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	63.081	(63.081)	-	-
Déficit do exercício	-	-	-	(8.743.672)	(8.743.672)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	51.181.274	(165.996)	388.188	(8.743.672)	42.659.794
Reversão das Reservas de Lucros/Sobras/Retenções	-	108.172	-	(108.172)	-
Baixa de Reserva de Reavaliação	-	-	(330.364)	330.364	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	57.824	(57.824)	-	-
Déficit do exercício	-	-	-	(3.960.300)	(3.960.300)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	51.181.274	-	-	(12.481.780)	38.699.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Maringá

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (método direto).

(Valores expressos em reais)

	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.009.284	6.033.223
Recebimentos de Plano Saúde (+)	125.843.563	119.068.413
Resgate de Aplicações Financeiras (+)	54.754.163	64.379.794
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras (+)	4.423.054	1.778.261
Outros Recebimentos Operacionais (+)	123.724.670	148.583.638
Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde (-)	(86.921.138)	(151.219.087)
Pagamento de Comissões (-)	(1.660.992)	(1.046.786)
Pagamentos de Pessoal (-)	(52.762.370)	(48.902.346)
Pagamentos de Serviços Terceiros (-)	(1.158.182)	(838.109)
Pagamentos de Tributos (-)	(15.808.089)	(14.316.875)
Pagamentos de Processos Judiciais (-) (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(777.980)	(1.074.341)
Pagamentos de Aluguel (-)	(809.900)	(701.413)
Pagamentos de Promoção/Publicidade (-)	(815.249)	(1.076.469)
Aplicações Financeiras (-)	(53.877.363)	(55.905.259)
Outros Pagamentos Operacionais (-)	(88.144.903)	(52.696.198)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(4.246.553)	(5.903.376)
Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Hospitalar (-)	-	138.650
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar (-)	(1.672.269)	(4.924.073)
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros (-)	(1.331.034)	(703.240)
Pagamento Relativos ao Ativo Intangível (-)	(1.237.250)	(163.659)
Outros Pagamentos das Atividade de Investimento (-)	(6.000)	(251.054)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(310.418)	(104.766)
Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing (-)	(310.418)	(104.766)
CAIXA LIQUÍDO	1.452.313	25.081
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (disponível e aplicação financeira)	1.452.313	25.081
Caixa e equivalentes de caixa (disponível e aplicação financeira), no início do exercício	1.195.982	1.170.901
Caixa e equivalentes de caixa (disponível e aplicação financeira), no final do exercício	2.648.295	1.195.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MARINGÁ.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021. (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá (“Entidade”), pessoa jurídica de direito privado, fundada em 11 de junho de 1954, trata-se de associação sem fins lucrativos, de caráter beneficente e filantrópico, sem finalidade lucrativa, com sede e foro na cidade de Maringá, estado do Paraná, reconhecida como de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 02.300/68, Lei Estadual nº 5.826/68 e Lei Municipal nº 323/64. A Entidade tem por finalidade principal atender pacientes que não disponham de recursos para seu tratamento, proporcionando-lhes assistência social, médico – hospitalar, bem como promover, dentro de suas possibilidades, o ensino médico, de enfermagem e hospitalar.

A Entidade obteve o deferimento na renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), através da Portaria 174 de 04 de fevereiro de 2019, com validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

Em 18 de novembro de 2021, através da portaria 1.125 a Entidade obteve o deferimento na renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), nas mesmas características acima citado com validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

A Entidade também possui como objeto de suas atividades a comercialização de plano de saúde e atendimento dos conveniados ao plano, Santa Casa Saúde, com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob o nº 33683-1.

2. AMBIENTE REGULATÓRIO

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Entidade está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aos pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, no que não contrariem as regulamentações estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Com base nas disposições contidas na lei nº 6.404/76 – lei das sociedades anônimas e alterações promovidas pela lei nº 11.638/07 e 11.941/09 e pela Resolução CFC nº 1409/12, que aprova as Interpeleções Técnicas Gerais – ITG 2002, Entidade sem Finalidade de Lucros. A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão apresentado pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

4.1 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A moeda funcional e de apresentação da Entidade é o real (R\$).

4.2 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Entidade. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem, quando aplicável: i) a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; ii) a estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário; iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; iv) Provisões para passivos contingentes e v) PEONA - Provisão para eventos ocorridos e não avisados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

4.3 RESULTADO

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

4.4 ATIVOS CIRCULANTES

a) Disponível

São representados por dinheiro em caixa e saldos em conta corrente (bancos), registrados pelos valores de custo até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras para negociação e disponíveis para venda são avaliadas a valor de mercado, e os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado. A Entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras para lastrear as provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

c) Créditos de Operações com Planos de Saúde

Representam valores a receber relacionados às mensalidades de planos de saúde comercializados até o final do exercício. São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal, em contrapartida a conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde. As contraprestações e prêmios das operações de planos de assistência à saúde na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no último dia do mês, considerando-se o período de cobertura do risco.

Uma provisão para perdas sobre créditos é apresentada como redução das contas a receber de clientes e é constituída para fazer face às eventuais perdas na não realização das contas a receber. Nos planos individuais, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato a mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada; e para os demais planos em havendo pelo menos uma parcela vencida a mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada.

d) Créditos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora

Representam direitos a cobrar de terceiros e originam-se de convênios celebrados com entidades privadas e públicas para prestação de serviços médicos e hospitalares, registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos e ajustados pelas provisões para perdas sobre créditos.

e) Estoques

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

f) Bens e títulos a receber

Essa conta é constituída, basicamente, por antecipação a fornecedores e empréstimos concedidos.

4.5 ATIVOS NÃO CIRCULANTES

g) Investimentos

Demonstrado pelo custo de aquisição referente participação em cotas de investimentos junto às instituições financeiras Uniprime, Cresol e Sicredi.

h) Imobilizado

Registrado ao valor do custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação, conforme nota explicativa nº 12, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear e contabilizadas parte no custo e parte como despesa operacional, em função do tempo de vida útil fiscal estimado dos bens.

i) Intangível

Essa conta é constituída, basicamente, pelos valores de aquisição de direitos de uso do *software* e ponto comercial, ambos líquidos de amortização. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento de seu reconhecimento inicial e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada ou perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

j) Avaliação do valor recuperável de ativos (TESTE DE IMPAIRMENT).

O parágrafo 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, modificado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, determina que a Entidade deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para a recuperação desse valor (*impairment*) e revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

A Entidade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil ao valor líquido recuperável.

4.6 DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos são registrados pelos seus valores de aquisição e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

4.7 PASSIVOS CIRCULANTES

4.7.1 Provisões técnicas com operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram integralmente constituídas pela Entidade de acordo com as normas da ANS. Os eventos a liquidar são registrados com base nas faturas de prestadores de serviços recebidas, em contrapartida às contas de resultado de eventos indenizáveis líquidos e no caso de ressarcimento ao SUS no momento do recebimento do ABI – Aviso de Beneficiário Identificado. São considerados suficientes para fazer face aos compromissos futuros.

4.7.2 PPCNG (Provisão para Contraprestações Não Ganhas)

Definida pela RN 314/12, caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora referente a cobertura do risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, sendo baixado a crédito da Receita de Contraprestação à medida que decorre o período de cobertura contratual.

4.7.3 PIC (Provisão de Insuficiência de Prêmios/Contraprestações)

A Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio – PIC, introduzida pela RN 442/2018, deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações/prêmios a serem recebidas referentes aos contratos vigentes, somadas à provisão de prêmios/contraprestações não ganhos (PPCNG), forem insuficientes para fazer frente às obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde (OPS). A Entidade apresenta o montante registrado de PIC no exercício de 2022 no valor de R\$ 3.007.728.

4.7.4 PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados)

A Entidade calcula a PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados com base na metodologia de cálculo determinada pela ANS – RN 209/09 (art. 3º) e alterações posteriores, apresentando um montante no exercício de 2022 constituído de R\$ 11.049.192.

4.8 DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

4.9 DEMAIS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

4.9.1 Subvenções Governamentais

No exercício de 2022, foram recebidos recursos através dos convênios firmados com o poder público e instituições privadas, com finalidade de custeio de construções civis e aquisição de equipamentos.

As subvenções recebidas nos exercícios de 2021 e 2022 por categoria, bem como os respectivos montantes recebidos, estão demonstrados no quadro abaixo:

<u>Concedente</u>	<u>Convênio</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>Objetivo</u>
Ministério da Saúde/Fundo Municipal	014/2021	-	530.100	Aquisição de Equipamentos
Ministério da Saúde/Fundo Federal	851473	-	133.345	Aquisição de Equipamentos e materiais hospitalares
Ministério da Saúde/Fundo Federal	900868/2020	-	1.115.978	Aquisição de Equipamentos e materiais hospitalares
Ministério da Saúde/Fundo Estadual	111/2020	1.828.165	1.306.647	Construção de Edificação - Centro Médico SUS
Termo de Cooperação Técnica	4600019147	335.047	628.225	Aquisição de Equipamentos
Ministério da Saúde/Fundo Federal	913329/2021	938.572	-	Aquisição de Equipamentos e materiais hospitalares
Ministério da Saúde/Fundo Federal	921361/2021	180.551	-	Aquisição de Equipamento Hemodiálise
Ministério da Saúde/Fundo Estadual	229/2022	1.732.800	-	Aquisição de Equipamento Microscópio Cirúrgico

Os recursos financeiros recebidos pela Entidade destinados ao custeio e investimentos são devidamente aplicados de acordo com o Termo firmado, as receitas são reconhecidas no resultado observando o disposto na CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, é feita a prestação de contas da aplicação dos recursos por execução do objeto previsto, na forma da legislação em vigor.

A Entidade recebeu de pessoas físicas e jurídicas doações financeiras, na sua maioria com finalidade principal de auxílio para a manutenção das operações da Entidade, totalizando o valor de R\$ 113.446, no formato incondicional, ou seja, o doador não impõe qualquer condição para que o valor seja utilizado pela Entidade.

4.10 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Entidade elaborou os fluxos de caixa pelo método direto de acordo com a Resolução Normativa ANS nº 290/12 e suas alterações. Desta forma, o fluxo de caixa apresentado em conjunto com as demais demonstrações financeiras, foi elaborado pelo método indireto, de acordo com a NBC T 3.8 e CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa, aprovado pela resolução CFC nº 1.303/2010.

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de ingressos e receitas na Entidade e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimentos: são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulante e outros investimentos não incluídos em atividades operacionais e de financiamentos.
- Atividades de financiamentos: são as atividades que tem como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos e pagos pela entidade.

5. DISPONIVEL

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	9.815	1.666
Bancos	<u>2.638.480</u>	<u>1.194.316</u>
	<u>2.648.295</u>	<u>1.195.982</u>

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Aplicações garantidoras de provisões técnicas (i)	24.902.855	20.820.253
Aplicações livres (ii)	<u>8.352.643</u>	<u>13.312.045</u>
	<u><u>33.255.498</u></u>	<u><u>34.132.298</u></u>

- (i) Valores aplicados em Fundo específico e exclusivo dedicado a ativos garantidores devidamente registradas na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, com o objetivo de manter ativos garantidores vinculados a provisões técnicas. As provisões técnicas que necessitam de ativos garantidores se encontram-se suficientes para cobrir eventuais riscos, conforme nota explicativa 14.
- (ii) Referem-se a aplicações livres em Fundos de Investimentos não exclusivos, com resgate imediato. A taxa média de rentabilidade destas aplicações é de 97% a 110% da variação do CDI mensal.

7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Mensalidade a receber	1.542.141	1.465.896
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos (mensalidades)	(767.504)	(865.517)
Faturas a receber	1.329.403	882.187
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos (faturas)	(380.232)	(321.319)
Suspensão de reajuste ANS	-	392.169
Outros Créditos de Operações com Planos de Assist. à Saúde	<u>349.660</u>	<u>291.461</u>
	<u><u>2.073.468</u></u>	<u><u>1.844.877</u></u>

8. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Créditos Hospitalares	13.496.055	13.431.488
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos (Hospitalares)	<u>(436.608)</u>	<u>(863.448)</u>
	<u><u>13.059.447</u></u>	<u><u>12.568.040</u></u>

São registrados os créditos provenientes da prestação de serviços médico-hospitalar ao Sistema Único de Saúde – SUS, convênios e clientes particulares referente aos atendimentos hospitalares realizados na Rede Própria.

A Provisão para Perdas sobre Créditos Hospitalares é reconhecida com base nos títulos vencidos acima de 90 dias.

9. BENS E TITULOS A RECEBER

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Estoques (i)	6.412.989	7.298.798
Adiantamento a fornecedores (ii)	140.270	106.036
Empréstimos a receber C.P (iii)	48.432	46.250
Outros valores a receber	<u>303</u>	<u>1.305</u>
Total do Ativo Circulante	<u>6.601.994</u>	<u>7.452.389</u>
Empréstimos a receber L.P (iii)	<u>136.995</u>	<u>181.483</u>
Total do Ativo Não Circulante	<u>136.995</u>	<u>181.483</u>

- (i) Os estoques são constituídos principalmente por materiais e medicamentos, produtos descartáveis, uniformes e EPIs, materiais de escritório e limpeza, alimentos e bebidas.
- (ii) Refere-se a pagamentos do plano odontológico dos colaboradores e de mensalidades de plano de saúde e AFUSCAMM (Associação dos Funcionários da Santa Casa de Misericórdia de Maringá), que serão descontados em folha de pagamento no mês subsequente.
- (iii) Refere-se a um contrato de mútuo firmado em 11 de junho de 2021 no valor total de R\$ 250.000 com prazo de pagamento de 60 meses e com prestações mensais fixas no valor de R\$ 4.722. A amortização das parcelas iniciou-se em 31 de julho de 2021.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depósitos Judiciais – Tributos (i)	2.102.529	1.875.380
Depósitos Judiciais – ANS	60.000	396.394
Depósitos Judiciais – Sinistros	-	96.521
Depósitos Judiciais – Trabalhistas	19.302	19.302
Depósitos Judiciais – Cíveis	<u>840</u>	<u>840</u>
	<u><u>2.182.671</u></u>	<u><u>2.388.437</u></u>

- (i) O montante de R\$ 2.102.529, refere-se ao processo nº 003449.98.2016.8.16.0190, contra o Estado do Paraná, com declaração de inexistência tributária de ICMS incidente sobre o fornecimento de energia elétrica.

11. INVESTIMENTOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Uniprime Norte do Paraná	1.710.169	1.452.831
Cresol	78.558	51.369
Sicredi	<u>3.390</u>	<u>1.991</u>
	<u><u>1.792.117</u></u>	<u><u>1.506.191</u></u>

12. IMOBILIZADO

Descrição	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			2022	2021
Terrenos - Hospitalares	5.550.000	-	5.550.000	5.550.000
Terrenos - Não Hospitalares	2.304.000	-	2.304.000	2.304.000
Edificações - Hospitalares	23.950.105	(7.437.752)	16.512.353	14.025.880
Edificações - Não Hospitalares	228.377	(223.853)	4.524	8.853
Instalações - Hospitalares	5.960.018	(2.377.939)	3.582.079	4.081.508
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	41.380.696	(24.782.032)	16.598.664	18.175.470
Máquinas e Equipamentos Não Hospitalares	508.271	(310.781)	197.490	168.337
Móveis e Utensílios Hospitalares	5.506.976	(3.434.244)	2.072.732	2.369.566
Móveis e Utensílios Não Hospitalares	347.261	(216.767)	130.494	130.628
Veículos - Hospitalares	89.231	(89.231)	-	-
Veículos - Não Hospitalares	116.068	(96.896)	19.172	29.296
Equipamentos de Informática Hospitalares	5.459.744	(3.381.697)	2.078.047	1.302.021
Equipamentos de Informática Não Hospitalares	433.262	(327.691)	105.571	146.252
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	721.821	(645.767)	76.054	165.357
Imobilizado em Andamento	1.524.745	-	1.524.745	1.913.669
Direito de uso	1.044.639	(285.667)	758.972	-
	<u>95.125.214</u>	<u>(43.610.317)</u>	<u>51.514.897</u>	<u>50.370.837</u>

Mapa de movimentação do imobilizado

Custos	2021				2022
	Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Final
Terrenos - Hospitalares	5.550.000	-	-	-	5.550.000
Terrenos - Não Hospitalares	2.304.000	-	-	-	2.304.000
Edificações - Hospitalares	20.618.020	-	-	3.332.085	23.950.105
Edificações - Não Hospitalares	228.377	-	-	-	228.377
Instalações - Hospitalares	5.960.018	-	-	-	5.960.018
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	41.152.844	1.571.368	(1.564.381)	220.865	41.380.696
Máquinas e Equipamentos Não Hospitalares	458.033	54.724	(3.871)	(615)	508.271
Móveis e Utensílios Hospitalares	5.430.848	144.271	(45.126)	(23.017)	5.506.976
Móveis e Utensílios Não Hospitalares	316.307	9.304	(1.367)	23.017	347.261
Veículos - Hospitalares	89.231	-	-	-	89.231
Veículos - Não Hospitalares	116.068	-	-	-	116.068
Equipamentos de Informática Hospitalares	4.240.621	327.781	(137.456)	1.028.798	5.459.744
Equipamentos de Informática Não Hospitalares	434.990	3.523	(6.115)	864	433.262
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	721.821	-	-	-	721.821
Imobilizado em Andamento	1.913.669	4.194.272	(1.199)	(4.581.997)	1.524.745
Direito de uso	-	1.044.639	-	-	1.044.639
	89.534.847	7.349.882	(1.759.515)	-	95.125.214
Depreciação acumulada					
Edificações - Hospitalares	(6.592.140)	(845.612)	-	-	(7.437.752)
Edificações - Não Hospitalares	(219.524)	(4.329)	-	-	(223.853)
Instalações - Hospitalares	(1.878.510)	(499.429)	-	-	(2.377.939)
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	(22.977.374)	(3.216.309)	1.410.708	943	(24.782.032)
Máquinas e Equipamentos Não Hospitalares	(289.696)	(23.576)	3.434	(943)	(310.781)
Móveis e Utensílios Hospitalares	(3.061.282)	(423.500)	41.808	8.730	(3.434.244)
Móveis e Utensílios Não Hospitalares	(185.679)	(23.647)	1.289	(8.730)	(216.767)
Veículos - Hospitalares	(89.231)	-	-	-	(89.231)
Veículos - Não Hospitalares	(86.772)	(10.124)	-	-	(96.896)
Equipamentos de Informática Hospitalares	(2.938.600)	(558.511)	111.914	3.500	(3.381.697)
Equipamentos de Informática Não Hospitalares	(288.738)	(41.568)	6.115	(3.500)	(327.691)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	(556.464)	(89.303)	-	-	(645.767)
Direito de uso	-	(299.630)	13.963	-	(285.667)
	(39.164.010)	(6.035.538)	1.589.231	-	(43.610.317)
Imobilizado líquido	50.370.837	1.314.344	(170.284)	-	51.514.897

13. INTANGÍVEL

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
			2022	2021
Softwares Hospitalar	4.439.139	(3.018.485)	1.420.654	509.532
Softwares Não Hospitalar	64.236	(37.407)	26.829	32.725
Ponto Comercial Não Hospitalar	33.000	(24.218)	8.782	15.382
	4.536.375	(3.080.110)	1.456.265	557.639

Mapa de movimentação do intangível

Custo	2021		2022	
	Inicial	Adições	Baixas	Final
Softwares Hospitalar	3.212.399	1.249.547	(22.807)	4.439.139
Softwares Não Hospitalar	62.258	2.108	(130)	64.236
Ponto Comercial Não Hospitalar	33.000	-	-	33.000
	<u>3.307.657</u>	<u>1.251.655</u>	<u>(22.937)</u>	<u>4.536.375</u>
Amortização acumulada				
Softwares Hospitalar	(2.702.867)	(324.022)	8.404	(3.018.485)
Softwares Não Hospitalar	(29.533)	(8.004)	130	(37.407)
Ponto Comercial Não Hospitalar	(17.618)	(6.600)	-	(24.218)
	<u>(2.750.018)</u>	<u>(338.626)</u>	<u>8.534</u>	<u>(3.080.110)</u>
	<u>557.639</u>	<u>913.029</u>	<u>(14.403)</u>	<u>1.456.265</u>

14. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	2022	2021
Provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG) (i)	3.865.759	3.386.546
Provisão de Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (PIC) (ii)	3.007.728	4.642.023
Provisão de eventos a liquidar com o SUS - C.P (iii)	2.006.142	2.341.114
Provisão de Eventos/Sinistros a Liq. para Outr. Prest. de Serv. Assist. (iv)	4.873.392	4.374.718
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (v)	11.049.192	10.993.051
Total do Passivo Circulante	<u>24.802.213</u>	<u>25.737.452</u>
Provisão de eventos a liquidar com o SUS - L.P (iii)	<u>2.437.510</u>	<u>1.190.902</u>
Total do Passivo Não Circulante	<u>2.437.510</u>	<u>1.190.902</u>

i) Provisão Para Contraprestações Não Ganhas (PPCNG)

Definida pela RN 314/12, a PPCNG é constituída diariamente, a partir do início de vigência ou emissão do faturamento, o que ocorrer primeiro, e revertida mensalmente, no último dia de cada mês, com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil.

ii) Provisão de Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (PIC)

Definida pela RN 442/2018 a PIC é constituída mensalmente quando for verificado que as Contraprestações a serem recebidas referente aos contratos de Assistência Médico-Hospitalar vigentes, somadas à PPCNG forem insuficientes para atender à todas as obrigações contratuais já assumidas pela Operadora (custeio das despesas diretas da operação de planos de saúde).

iii) Provisão para Eventos a Liquidar com o SUS

A Entidade registra nessa rubrica eventos referentes a ressarcimento de despesas médicas ao SUS de curto e longo prazos.

iv) Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros. Prestadores de Serviços Assistenciais

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. RN ANS nº 209/09 determinou a constituição desta provisão a partir de 1 de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança às operadoras.

v) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Regulamentado pelo art. 16 da RN 209 da ANS, alterado pela RN 274, representa os eventos ocorridos, porém não avisados à operadora, cujo valor deve ser baseado em (i) cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, ou (ii) na ausência de nota técnica aprovada pela ANS, utilizar 8,5% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses ou 10% dos eventos indenizáveis conhecidos dos últimos doze meses, dos dois o maior. Destacamos que a exigibilidade de provisão contábil se iniciou em janeiro de 2008.

15. DEBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTENCIA À SAÚDE

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contraprestações - recebimento antecipado	808.724	1.154.971
Comissões a pagar	13.125	25.804
Reembolsos de contraprestações	<u>3.801</u>	<u>-</u>
	<u>825.650</u>	<u>1.180.775</u>

16. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Honorários médicos pessoa jurídica	2.744.473	2.348.701
Honorários médicos pessoa física	<u>19.008</u>	<u>16.850</u>
	<u><u>2.763.481</u></u>	<u><u>2.365.551</u></u>

Refere-se aos registros das obrigações originadas das atividades de prestação de serviços médico hospitalares da Santa Casa de Maringá.

17. TRIBUTOS, CONTRIBUIÇÕES E PARCELAMENTOS A RECOLHER

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
FGTS a Recolher	499.990	504.699
IRRF a Recolher	457.932	386.769
INSS a Recolher	341.931	350.767
Parcelamento Especial - PAES	256.430	243.739
PIS / COFINS a Recolher	198.552	179.834
Parcelamento - FGTS	35.809	51.343
CSLL a recolher	54.398	49.270
Contribuição Sindical	3.277	2.934
ISSQN a Recolher	<u>725</u>	<u>699</u>
Total do Passivo Circulante	<u><u>1.849.044</u></u>	<u><u>1.770.054</u></u>
Parcelamento - FGTS	274.538	330.879
Parcelamento Especial - PAES	<u>961.613</u>	<u>1.157.760</u>
Total do Passivo Não Circulante	<u><u>1.236.151</u></u>	<u><u>1.488.639</u></u>

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Contrato	Modalidade	Taxa juros a.m.	Taxa juros a.a.	Data de Início	Data Final	Qtde de Parcelas	Valor	Circulante	Não circulante	2022
5001026-2022.023632-8	CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO	1,47%	19,13%	15/04/2023	15/09/2027	54	497.000	82.833	414.167	497.000
								<u>82.833</u>	<u>414.167</u>	<u>497.000</u>

19. DÉBITOS DIVERSOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores de Bens	9.545.417	7.817.818
Obrigações com pessoal	8.115.810	8.106.995
Fornecedores de Serviços	832.559	933.750
Créditos não identificados	486.746	400.888
Arrendamentos a pagar	403.379	-
Adiantamento de clientes	168.745	363.560
Reembolsos SCM	9.904	1.014
	<u>19.562.560</u>	<u>17.624.025</u>

Refere-se aos registros relacionados à compromissos com pagamentos de colaboradores, fornecedores de bens e serviços, adiantamentos de clientes em virtude do pagamento antecipado de atendimentos, créditos recebidos e não identificados e demais débitos não relacionados às atividades de planos de saúde.

20. PROVISÕES DE AÇÕES JUDICIAIS – CONTINGÊNCIAS

	<u>Probabilidade de perda</u>		
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remota</u>
Contingências tributárias	2.102.518	-	-
Contingências cíveis	1.307.491	170.000	129.943
Contingências trabalhistas	943.557	-	-
Administrativo (ANS)	60.000		
	<u>4.413.566</u>	<u>170.000</u>	<u>129.943</u>

A contingência tributária refere-se ao processo judicial nº 0003449-98.2016.8.16.0190, movido contra a Companhia Paranaense de Energia – COPEL, onde há uma discussão da alíquota do ICMS incidente sobre a energia elétrica. O pleito trata da pretensão de que o ICMS tenha alíquota reduzida de 29% para 18%. Os passivos reconhecidos em decorrência deste processo são os pagamentos da conta de energia elétrica que são recolhidos em juízo, via depósitos judiciais mediante vigência da medida liminar.

Os processos cíveis classificados como perda possível referem-se em sua maioria a ações de reparação de danos morais por erros médicos em procedimentos pós-cirúrgicos, pedidos de cobertura de procedimentos cirúrgicos negados pela Operadora de Saúde, cobrança de valores abusivos relacionados a co-participação e reembolsos de procedimentos de urgência.

Os processos administrativos referem-se a multas e autos de infrações diversos aplicados pela ANS.

As provisões para contingências são provisionadas com base no valor provável de perda da causa, conforme estimado pelos assessores jurídicos da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2022, as movimentações das provisões para contingências estavam assim apresentadas:

Contingências Tributárias	2022
Saldo em 31/12/2021	1.912.680
Constituição	189.838
Reversões	-
Saldo em 31/12/2022	2.102.518
Contingências Cíveis	2022
Saldo em 31/12/2021	1.045.250
Constituição	320.241
Reversões	(58.000)
Saldo em 31/12/2022	1.307.491
Contingências Trabalhistas	2022
Saldo em 31/12/2021	537.872
Constituição	591.674
Reversões	(185.989)
Saldo em 31/12/2022	943.557
Contingências Administrativas (ANS)	2022
Saldo em 31/12/2021	-
Constituição	60.000
Reversões	-
Saldo em 31/12/2022	60.000

O montante de R\$ 58.000 foi reclassificado das contingências cíveis no exercício de 2022 para contingências administrativas, relativo a processo de impugnação de multa aplicada pela ANS.

21. DÉBITOS DIVERSOS - DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Subvenções	33.706.562	28.968.012
Arrendamentos a pagar	311.159	-
(-) Realização da Receita/Depreciação	<u>(16.364.454)</u>	<u>(14.267.602)</u>
	<u>17.653.267</u>	<u>14.700.410</u>

Os montantes contabilizados, referem-se às subvenções registradas no ativo depreciable que são reconhecidas como receita ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação.

22. PATRIMONIO LÍQUIDO

22.1 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O valor do Patrimônio Social no montante de R\$ 51.181.274 corresponde aos valores de superávits acumulados de exercícios anteriores a 2022, que foram incorporados ao Patrimônio Social.

22.2 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Foi constituída em 2003, Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 4.324.037, referente imóveis e bens móveis, através de laudo técnico emitido por empresa especializada.

No exercício de 2022 foi realizado o montante de R\$ 57.824, com base na depreciação, e baixa do imobilizado de bens considerados inservíveis até setembro de 2022. O saldo remanescente de R\$ 330.364 foi baixado em função da avaliação da vida útil econômica e valor residual dos bens elaborado por empresa especializada terceirizada.

No exercício de 2022 não houve movimentação do Patrimônio Social em função do déficit apurado no montante de R\$ 3.960.300.

23. CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS / PRÊMIOS GANHOS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contraprestações emitidas	114.607.268	107.885.166
Provisão de Insuficiência de Prêmios/Contraprestações - PIC	1.634.294	(4.642.023)
Descontos concedidos	<u>(763.709)</u>	<u>(788.624)</u>
	<u>115.477.853</u>	<u>102.454.519</u>

Refere-se às receitas originadas pela comercialização de planos de saúde na modalidade pré-pagamento que tem como fato gerador da receita, o período de risco decorrido dos contratos com preço pré-estabelecido, ou seja, o período em que a operadora já prestou cobertura assistencial.

Também é reconhecido a Provisão de Insuficiência de Contraprestações – PIC como redutora das receitas e sua contrapartida nas Provisões Técnicas, conforme nota explicativa nº 14, item ii.

24. EVENTOS CONHECIDOS E AVISADOS – CUSTOS

24.1 – EVENTOS CONHECIDOS E AVISADOS - CUSTOS

Os Eventos são representados pelos valores de despesas que a operadora utiliza para a prestação do atendimento, em rede credenciada e própria, referente a cobertura contratual do beneficiário do plano de saúde comercializado.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Internações	(42.132.081)	(52.663.526)
Exames	(25.994.264)	(24.927.179)
Terapias	(19.209.762)	(15.171.729)
Honorários médicos	(17.154.449)	(13.578.847)
Demais despesas assistenciais	(12.644.509)	(9.825.981)
Ressarcimento ao SUS	(2.209.992)	(867.063)
Recuperação por Co-participação	9.100.740	6.735.007
Glosa	<u>2.787.744</u>	<u>130.429</u>
	<u>(107.456.573)</u>	<u>(110.168.889)</u>

24.2 - EVENTOS MÉDICOS HOSPITALARES

Quadro auxiliar de eventos médicos hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar, conforme determinação da ANS – RN nº 344/2014.

A distribuição dos saldos do quadro de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º. Trimestre de 2022 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE no. 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Atendimentos	Demais despesas	TOTAL
Rede própria	3.017.175	10.830.009	5.710.445	30.715.781	8.924.464	-	59.197.874
Rede contratada	10.382.259	11.566.586	11.158.195	10.066.462	2.830.511	15.435	46.019.448
Reembolso	13.277	8.391	129	784	6.678	-	29.259
Intercâmbio eventual	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento em Corresponsabilidade	-	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento ao SUS	2.209.992	-	-	-	-	-	2.209.992
	<u>15.622.703</u>	<u>22.404.986</u>	<u>16.868.769</u>	<u>40.783.027</u>	<u>11.761.653</u>	<u>15.435</u>	<u>107.456.573</u>

25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS DE PLANOS DE ASSISTENCIA À SAÚDE

	2022	2021
Faturamento antecipado	631.143	639.454
Multa de cancelamento de contrato	271.416	377.071
Confecção de carteiras	11.550	9.230
	<u>914.109</u>	<u>1.025.755</u>

Referem-se a demais valores não ligados à cobertura assistencial do beneficiário, nesta modalidade são reconhecidas as receitas com faturamento antecipado, multas por cancelamento contratual antes do prazo pré-estabelecido e confecções de carteiras de identificação do beneficiário, bem como a emissão de via adicional.

26. RECEITA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita Op. Assist. médico-hospitalar convênios e particulares	64.296.479	59.142.087
Receita Op. Assist. médico-hospitalar – SUS	39.897.095	45.388.976
Receita de doações e subvenções	7.201.210	6.225.578
Convênios de ensino	1.268.814	1.272.373
Outras receitas	584.361	457.324
	<u>113.247.959</u>	<u>112.486.338</u>

Referem-se aos registros de créditos de origem da prestação de serviço médico-hospitalar à demais operadoras (convênios), pacientes em caráter particular e atendimentos do Sistema Único de Saúde – SUS.

27. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisão para perdas sobre créditos	(1.239.382)	(1.578.860)
Serviços de remoção	(349.303)	(342.832)
	<u>(1.588.685)</u>	<u>(1.921.692)</u>

Referem-se aos registros da PPSC, conforme orientações da RN n° 472, de 29 de setembro de 2021 e as despesas com serviços opcionais de remoção em casa.

28. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Honorários médicos	(37.219.529)	(34.464.940)
Salários e encargos	(36.660.674)	(30.486.575)
Materiais e medicamentos	(28.345.897)	(24.433.424)
Serviços de terceiros	(3.597.029)	(3.624.928)
Manutenção e conservação	(3.442.663)	(3.956.527)
Materiais de consumo	(3.347.051)	(3.406.426)
Depreciação	(2.936.590)	(2.430.673)
Aluguéis	(1.400.400)	(1.175.783)
Energia elétrica	(1.273.067)	(1.130.484)
Provisão para perdas sobre créditos	(962.777)	(372.189)
Contingências cíveis	(476.170)	-
Contingências trabalhistas	(382.294)	(32.385)
Água e esgoto	(348.137)	(276.250)
Publicidade e propaganda	(273.580)	(278.105)
Amortização	(154.771)	(77.517)
Outras despesas	(148.531)	(69.353)
Impostos e taxas	(144.797)	(199.057)
Brindes	(116.531)	(40.182)
Plano médico e odontológico	(112.091)	(210.756)
Uniformes	(69.280)	(71.911)
Telefone e internet	(64.095)	(55.414)
Viagens e estadias	(54.705)	(11.448)
Cursos e treinamentos	(28.471)	(32.252)
Gratificações	-	(941.480)
Reversão de contingências cíveis	-	2.969.389
Reversão de perdas sobre créditos	1.527.909	-
	<u>(120.031.221)</u>	<u>(104.808.670)</u>

29. ISENÇÕES E IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

Conforme determina a NBC T 10.19 – Entidades sem Finalidade de Lucros, os valores relativos às imunidades e isenções das contribuições sociais usufruídas, estão demonstradas como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
INSS Cota Patronal/SAT/Terceiros	14.760.967	13.953.709
Cofins	5.397.821	3.803.830
INSS Autônomos	<u>53.297</u>	<u>37.239</u>
	<u>20.212.085</u>	<u>17.794.778</u>

A entidade é imune do recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social Sobre o Lucro conforme artigos no. 178 a 182 do Decreto no 9.580 de 22 de novembro de 2018.

30. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas com pessoal próprio	(3.828.561)	(3.175.981)
Serviços de terceiros	(1.226.916)	(915.230)
Aluguéis	(630.535)	(599.469)
Materiais de consumo	(426.170)	(374.355)
Publicidade e propaganda	(425.138)	(758.183)
Contingências cíveis	(405.954)	(174.515)
Autos de Infração	(257.448)	(621.355)
Depreciação e amortização	(193.644)	(201.220)
Materiais e medicamentos	(169.584)	(62.006)
Energia elétrica	(99.237)	(115.326)
Tributos	(62.833)	(55.676)
Manutenção e conservação	(55.378)	(101.970)
Telefone e internet	(27.229)	(56.083)
Água e esgoto	(12.832)	(15.786)
Impostos e taxas	(11.125)	(27.044)
Viagens e estadias	(8.733)	(3.172)
Outras despesas	(7.364)	(2.706)
Seguros	<u>(5.777)</u>	<u>(3.914)</u>
	<u>(7.854.458)</u>	<u>(7.263.991)</u>

Representam os gastos que da operadora de saúde para gerir os planos de saúde, encontram-se despesas com colaboradores, serviços de terceiros entre outras despesas.

31. RECEITAS FINANCEIRAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Rendimentos aplicações financeiras	4.423.054	1.785.883
Juros recebidos	711.051	925.936
Descontos obtidos	<u>359.700</u>	<u>207.038</u>
	<u><u>5.493.805</u></u>	<u><u>2.918.857</u></u>

32. DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas bancárias	(472.034)	(451.623)
Juros sobre tributos parcelados	(71.006)	(27.219)
Juros passivos	(21.406)	(192)
Juros sobre empréstimos	<u>-</u>	<u>(48)</u>
	<u><u>(564.446)</u></u>	<u><u>(479.082)</u></u>

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

As transações financeiras efetuadas pela Entidade, são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar com vencimento de curto prazo, empréstimos concedidos

Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado. A Entidade não possui e, também não efetuou, operações com derivativos financeiros nem com outros ativos financeiros de risco.

A administração de riscos, bem como dos respectivos instrumentos financeiros, é realizada por definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição de suas operações, aos principais fatores de risco abaixo demonstrados:

Risco cambial

Administração com o objetivo de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações e investimentos na atividade fim. O risco de liquidez decorre da atividade de assistência médico-hospitalar, a gestão mantém controles e ações imediatas a fim da recuperação dos recebíveis, gerenciando a capacidade de liquidez no curto, médio e longo prazo mantendo reservas adequadas através do monitoramento contínuo do fluxo de caixa;

Risco de crédito

O valor de mercado das disponibilidades, o saldo a receber das contraprestações, outros créditos e o passivo circulante aproximam-se do saldo contábil, pois, os vencimentos de parte substancial dos saldos ocorrem em data próxima às do encerramento do exercício. Não existem nas referidas datas-bases outros instrumentos financeiros de valores significativos que requeiram divulgação específica.

Riscos de taxas de juros

A Operadora está exposta aos riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros e atualizações monetárias sobre suas obrigações de longo prazo.

34. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros estabelecida pela administração para cobrir eventuais sinistros, é resumida da seguinte forma:

Seguradora	Cobertura por evento	Limite máximo segurado	Vigência Final
Unimed Seguros Patr.	Seguro Predial Hospital+C.E.M+Creche	49.340.000	29/12/2023
Sompo Seguros	Seguro Predial - Operadora Santa Casa Saúde	2.641.640	10/11/2023
Tokio Marine Seguros	Seguro de Veículos	71.756	19/06/2023
Tokio Marine Seguros	Seguro de Veículos	56.268	10/05/2023
Previsul Seguros	Seguro Predial - SAME	2.030.000	08/01/2023
Allianz Seguros S.A.	Seguro Predial - Clínica de Terapias Especiais	2.150.000	01/11/2023

35. CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL COM O RESULTADO LÍQUIDO

Em conformidade com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, abaixo demonstramos a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais Resultado Líquido	(3.960.300)	(8.743.686)
Depreciações	6.035.538	5.801.439
Amortizações	338.626	229.435
Valor residual do ativo imobilizado baixado	170.284	139.167
Valor residual do ativo intangível baixado	14.403	12.105
PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados)	56.141	2.219.022
Provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG)	479.212	206.455
Provisão de eventos a liquidar	498.675	1.065.600
Provisão de eventos a liquidar com o SUS	911.636	867.063
Provisão de Insuficiência de Contraprestações	(1.634.295)	4.642.023
Provisões para contingências	917.764	(3.294.355)
Ajustes de exercícios anteriores	-	(5.181)
Resultado Líquido Ajustado	3.827.684	3.139.087
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	377.593	(3.798.512)
Contraprestações Pecuniárias a Receber	(562.562)	(198.784)
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência a Saúde	333.971	308.625
Créditos de Op. Ass. à Saúde N. Rel. com Pl. de Saúde da Oper.	(491.407)	(2.480.543)
Estoques	885.808	(952.866)
Bens e Títulos a Receber - circulante	(35.413)	(7.439)
Despesa Antecipada	(3.058)	(1.102)
Depósitos judiciais	205.766	(284.920)
Bens e Títulos a receber - não circulante	44.488	(181.483)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	4.760.699	1.237.304
Débitos de operações de assistência a saúde	(355.125)	(254.588)
Outros tributos e contribuições a recolher - circulante e não circulante	(173.498)	(11.789)
Obrigações sociais e trabalhistas	8.818	857.038
Arrendamentos a pagar - circulante e não circulante	714.538	-
Débitos diversos - circulante e não circulante	1.920.467	(876.001)
Doações e subvenções - não circulante	2.645.499	1.522.644
Aumento (Diminuição) em Atividades de Investimentos	(8.010.663)	(552.798)
Aplicações Financeiras	876.800	8.468.310
Cotas cooperativas	(285.926)	(252.421)
Aquisição de ativo imobilizado	(7.349.882)	(8.541.579)
Aquisição de ativo intangível	(1.251.655)	(227.108)
Aumento (Diminuição) em Atividades de Financiamentos	497.000	-
Empréstimos e financiamentos	497.000	-
Caixa Líquido Consumido das Atividades Operacionais (Método indireto)	1.452.313	25.081
Caixa Líquido Consumido das Atividades Operacionais (Método Direto)	1.452.313	25.081

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até o encerramento das demonstrações financeiras, não houve eventos subsequentes que devessem ser ajustados ou mencionados em notas explicativas.

37. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 13 de março de 2023.

* * *

Carlos Rafael Rosário Carregosa
Diretor Presidente
CPF: 331.917.945-49

Edmécio do Lago
Gerente de Controladoria
CRC/PR 0147065/O-7